

... continuação das Notas Explicativas Às Demonstrações Financeiras para o exercício findo em 31/12/2018 (Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

	2018	2017
Comunicação e marketing	(670)	(802)
Indenizações à terceiros	(1)	(5)
Publicações legais	(146)	(163)
Depreciação/Amortização	(1.032)	(954)
Outros	(869)	(943)
<b>Total</b>	<b>(22.071)</b>	<b>(14.974)</b>
Custos: Com pessoal	(11.494)	(10.781)
Serviços de terceiros	(19.796)	(19.092)
Conservação	(14.756)	(14.205)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(1.014)	(775)
Consumo	(2.874)	(2.686)
Transportes	(2.090)	(2.075)
Verba de Fiscalização	(3.380)	(3.296)
Seguros/Garantias	(1.712)	(1.824)
Provisão de manutenção em rodovias	(26.205)	(22.102)
Custos de serviços da construção	(86.618)	(188.822)
Depreciação/Amortização	(81.014)	(67.741)
Outros	(1.595)	(1.228)
<b>Total</b>	<b>(252.548)</b>	<b>(334.627)</b>

	2018	2017
<b>21. Resultado Financeiro</b> – Está representado por:		
Receitas financeiras: Aplicações financeiras	1.617	1.994
Outras receitas	521	3.373
<b>Total</b>	<b>2.138</b>	<b>5.367</b>
Despesas financeiras: Encargos financeiros	(42.609)	(47.054)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(2.219)	(2.604)
Outras despesas	(1.358)	(1.203)
<b>Total</b>	<b>(46.186)</b>	<b>(50.861)</b>
Variação cambial líquida: Variação cambial	9	(7)
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>(7)</b>

**22. Demonstração dos Fluxos de Caixa** – a) Caixa e equivalentes de caixa: A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

	2018	2017
b) Informações suplementares		
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	19.643	22.255
Integralização de capital – mútuos	–	268.716
Juros capitalizados	3.676	10.886
Transações de investimentos e financiamentos que envolveram caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(49.142)	(54.398)

**23. Prejuízo por Ação** – O cálculo básico de prejuízo por ação é feito por meio da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o prejuízo e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do prejuízo básico e do prejuízo diluído por ação.

	2018	2017
Básico/Diluído: Prejuízo líquido do período	(59.441)	(51.168)
Número de ações durante período	1.492.687	1.049.750
Prejuízo por ação	(0,0398)	(0,0487)

Não há diferença entre prejuízo básico e prejuízo diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31/12/2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos. A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do prejuízo diluído por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do prejuízo básico por ação, não existindo mais quantidades como opções a empregados e/ou outras opções a serem conciliadas.

**24. Instrumentos Financeiros** – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme o quadro a seguir:

	2018		2017	
	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	7.086	–	7.361
Contas a receber clientes	Nível 2	–	6.508	–
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	13.380	–	12.456
Outras contas a receber	Nível 2	–	168	–
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	–	295.536	–
Debêntures	Nível 2	–	154.155	–
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	–	19.212	–
Fornecedores – Risco sacado	Nível 2	–	4.866	–
Partes relacionadas	Nível 2	–	706	–
Taxa de fiscalização	Nível 2	–	286	–

**Diretoria**

**Antonio Cesar Ribas Sass**  
Diretor Superintendente

**Juan Gabriel Lopez Moreno**  
Diretor Econômico Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

**Flavia Lucia Mattioli Tâmega**  
Diretora Jurídica

**Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras**

Aos Administradores e Acionistas da **Autopista Planalto Sul S.A.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Autopista Planalto Sul S.A. (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Autopista Planalto Sul S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado:** A demonstração do valor adicionado (“DVA”), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

**Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Reconhecimento de receita de arrecadação de pedágio:** A receita proveniente de arrecadação de pedágio é decorrente dos termos e das condições estabelecidos no contrato de concessão rodoviária, que determina que “a concessão é um serviço público precedida da execução de obra pública (ativo intangível) que será explorada em regime de cobrança de pedágio e de outros serviços prestados aos usuários”. Anualmente, as tarifas são reajustadas de acordo com o contrato de concessão, o que impacta diretamente a receita da concessionária com base no tráfego das rodovias. O sistema de arrecadação de pedágio é utilizado para a mensuração e cobrança das passagens de veículos, por meio das vias manuais (cobrança em espécie nas cabines de pedágio) e vias automáticas (abertura automática da cancela do pedágio em decorrência da leitura do dispositivo eletrônico de identificação (“tag”) fixado no interior dos veículos, além da leitura da quantidade de eixos de cada veículo passante e a coerência entre o número de eixos cadastrados no “tag” e o número de eixos reais do veículo passante). Considerando esse contexto, identificamos o reconhecimento de receitas provenientes de arrecadação de pedágio como um assunto significativo que exigiu consideração especial de auditoria, além da utilização de especialistas em auditoria de sistemas para dar suporte a nossa avaliação e ao nosso entendimento sobre o funcionamento dos sistemas de arrecadação e para avaliar os controles existentes acerca do reconhecimento de receitas de arrecadação de pedágio. Com

	2018		2017	
	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado	Mensurados a valor justo por meio de resultado	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Nível 2	–	2.266	–
<b>Total</b>	<b>20.466</b>	<b>483.297</b>	<b>19.817</b>	<b>505.641</b>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo com o CPC 48. O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração. O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado. Os três níveis de hierarquia de valor justo são: • Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos; • Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); • Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado. Os seguintes métodos e premissas foram adotados: **Mensurados a valor justo por meio de resultado:** Estimamos que os valores contábeis das contas a receber de clientes e contas a receber de partes relacionadas estejam próximos de seus valores justos, em virtude do curto prazo das operações realizadas. O valor contábil aproxima-se do seu valor justo em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem possibilidade de resgate imediato. **Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado:** Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

**25. Gestão de Risco** – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** a) Exposição a riscos cambiais: Em 31/12/2018 e de 2017, a Sociedade não apresenta saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira. b) Exposição a riscos de taxas de juros: A Sociedade está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI. Em atendimento à Instrução CVM nº475, em 17/12/2008, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos, debêntures e mútuos com partes relacionadas, líquidos das aplicações financeiras.

**Efeito no lucro antes da tributação – Aumento/Redução em pontos bases**

	cenário I	cenário II	cenário III
	(prová-vel)	(+25%)	(+50%)
CDI	7,00%	8,75%	10,50%
Receita de aplicações financeiras	1.268	1.585	1.902
Juros a incorrer CDI líquido (*)	1.268	1.585	1.902
TJLP	7,03%	8,79%	10,55%
Juros a incorrer – BNDES (*)	(26.597)	(31.483)	(36.368)
Juros a incorrer TJLP líquido (*)	(26.597)	(31.483)	(36.368)
IPCA	4,01%	5,01%	6,02%
Juros a incorrer – BNDES e Debêntures (*)	(21.133)	(23.080)	(25.026)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(21.133)	(23.080)	(25.026)
Juros a incorrer líquido	(46.462)	(52.978)	(59.492)

Fonte dos índices: Relatório Focus do Banco Central do Brasil – BACEN. (\*) Referência ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor. Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. c) Risco de crédito: Em 31/12/2018 a Sociedade apresentava valores a receber de R\$5.962(R\$5.448 em 31/12/2017) das empresas CGMP – Centro de Gestão de Meios de Pagamentos S.A., Conectar Soluções de Mobilidade Eletrônica S.A. e Move Mais Meios de Pagamentos Ltda, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio registrados na rubrica “Contas a receber”. A Sociedade possui cartas de fiança firmadas por instituições financeiras para garantir a arrecadação das contas a receber com as empresas administradoras do sistema eletrônico de pagamento de pedágio. d) Risco de liquidez e gestão de capital: O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado

**Conselho de Administração**

**Andre Dorf**  
Conselheiro

**Linomar Barros Deroldo**  
Conselheiro

**Flavia Lucia Mattioli Tâmega**  
Conselheira

**Juan Gabriel Lopez Moreno**  
Conselheiro

**Contador**

**Adriano Joni Grohskopf** – CRC-SC 028.502/O-3 S-PR

e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**

Modalidade	tiva % a.a.	2019	2020	2021	2022	2023 em diante	Total
Debêntures – IPCA	9,87%	14.765	22.444	30.484	38.012	142.510	248.215
Finame	8,70%	58.357	58.136	57.873	57.633	155.018	387.017
Capital de giro	10,47%	4.866	–	–	–	–	4.866
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	19.212	–	–	–	–	19.212
Outras contas a pagar	–	2.266	–	–	–	–	2.266
Partes relacionadas	–	646	–	–	–	–	646
Fornecedores partes relacionadas	–	60	–	–	–	–	60
<b>Total</b>	<b>100,172</b>	<b>80.580</b>	<b>88.357</b>	<b>95.645</b>	<b>297.528</b>	<b>662.282</b>	

**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**

Modalidade	tiva % a.a.	01/01 a 31/03/2019	01/04 a 30/06/2019	01/07 a 30/09/2019	01/10 a 31/12/2019	Total
Debêntures – IPCA	9,87%	–	–	–	14.765	14.765
Finame	8,70%	18.218	13.379	13.379	13.381	58.357
Capital de giro	0,00%	4.866	–	–	–	4.866
Fornecedores e cauções contratuais	0,00%	14.067	1.715	1.715	1.715	19.212
Outras contas a pagar	–	2.266	–	–	–	2.266
Partes relacionadas	–	646	–	–	–	646
Fornecedores partes relacionadas	–	60	–	–	–	60
<b>Total</b>	<b>100,172</b>	<b>15.094</b>	<b>15.094</b>	<b>29.861</b>	<b>100.172</b>	

**26. Informações por Segmento de Negócio** – A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro, as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias e, portanto, nenhum cliente individualmente contribui de forma significativa para as receitas da Sociedade.

**27. Garantias e Seguros** – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. Em 31/12/2018, as coberturas de seguros são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita	180.000
	Responsabilidade civil	20.000
	Garantia de execução	–
Garantia	do Contrato de Concessão	68.680

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade contratou apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais provenientes de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O valor dessa garantia em 31/12/2018 e de 2017 é de R\$61.328.

**28. Eventos Subsequentes** – Abaixo relação de aumento de capital ocorrido na Sociedade:

Data	Aprovação	Ações emitidas	Valor Subscrito
21.01.2019	AGE	120.754.717	64.000
			<b>64.000</b>

Abaixo relação de integralizações de capital ocorridas na Sociedade:

Data	Aprovação	Forma de Integralização	Valor integralizado
21.01.2019	AGE*	Dinheiro	1.000
21.01.2019	AGE**	Dinheiro	14.500
20.02.2019	AGE**	Dinheiro	6.500
			<b>22.000</b>

(\*) Integralização conforme ata do dia 21 de maio de 2018.  
(\*\*) Integralização conforme ata do dia 21 de janeiro de 2019.

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e se os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Campinas, 27/02/2019